



Marcílio: texto final deve ir ao Congresso até final da semana.

ADIADO ENVIO DO PROJETO

Marcílio ainda aguarda sugestões dos ministérios

O governo desistiu de enviar hoje o seu projeto de reforma fiscal ao Congresso, como havia anunciado na sexta-feira o presidente Fernando Collor. Ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, informou que pretende antes conversar com os parlamentares da comissão especial de Economia da Câmara. Marcílio disse também que aguarda sugestões de todos os ministérios para o texto final do projeto e espera que "até o final desta semana" ele seja encaminhado ao Congresso. Amanhã, o ministro almoça com investidores estrangeiros para discutir a proposta de reforma tributária.

O pronunciamento em cadeia de rádio e televisão que o presidente faria hoje para explicar a reforma também foi adiado. O coordenador da comissão de reforma fiscal, Ary Oswaldo Mat-

tos Filho, entregará hoje ao ministro Marcílio a versão final da primeira etapa da reforma. Segundo Mattos Filho, a versão que o ministro receberá é praticamente a mesma divulgada há dez dias. Ela reduz o número de impostos, cria uma nova estrutura previdenciária e desvincula receitas e despesas federais.

Foram realizadas apenas pequenas alterações de texto e a adaptação da carreira militar ao novo regime de aposentadoria proposto, explicou o coordenador. Ontem, Mattos Filho discutiu as mudanças para os militares com o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Antônio Luís da Rocha Veneu. Os militares se submeterão às regras gerais da Previdência, mas poderão aposentar-se antes de 35 anos de trabalho se forem mandados para a reserva.

A reforma fiscal deverá fazer com que o trabalhador de baixa renda passe a descontar mais do seu salário para a Previdência. O ministro Reinhold Stephanes disse ontem que há consenso no governo em sugerir ao Congresso a unificação da contribuição, tanto do empregado como empregador, para 10%. Com isso, as empresas que hoje recolhem até 28% passariam a recolher o mesmo percentual que o trabalhador.

A unificação do salário-contribuição de empregado e de empregador, segundo o ministro, é uma prática comum em todos os países, apenas no Brasil é diferente. Stephanes disse que dois pontos na reforma fiscal referentes à Previdência devem ser aprovados: a criação de uma idade mínima para aposentadoria e a modificação das formas de financiamento do sistema previdenciário.